CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

GABINETE

PROVIMENTO CRE Nº 6/2024 TRE/CRE/CJA/AT

Dispõe sobre a Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIPE) decorrente das denúncias sobre propaganda eleitoral irregular recebidas, via aplicativo Pardal Móvel, pelas zonas eleitorais desta circunscrição nas eleições de 2024.

O CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL da Justiça Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da competência que lhe confere o art. 3º da Resolução TSE nº 23.742, de 23 de maio de 2024 e, observadas as disposições dos arts. 6º, VII, 9º e 10, I da Resolução TRE-MS nº 652/2019 - Regulamento dos Serviços da Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Lei nº 9.504/97, arts. 6º e seguintes da Resolução TSE nº 23.610/2019, arts. 54 e seguintes da Resolução TSE nº 23.608/2019;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TRE-MS nº 837, de 14 de agosto de 2024, que dispõe sobre matérias pertinentes à propaganda eleitoral e ao exercício do poder de polícia para o pleito municipal de 2024;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria supervisionar, orientar e fiscalizar a prestação jurisdicional no âmbito do primeiro grau desta Justiça Especializada;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos no âmbito das zonas eleitorais do estado, referentes às rotinas de utilização do Sistema Pardal, visando garantir a efetividade, celeridade e transparência no gerenciamento das notícias de irregularidade em propaganda eleitoral; e

CONSIDERANDO as funcionalidades do aplicativo Pardal Móvel, disponibilizado para as Eleições 2024 por meio da Portaria TSE nº 662, de 15 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º As denúncias relacionadas aos atos de propaganda eleitoral irregular nas Eleições 2024, formuladas por meio do aplicativo Pardal Móvel, serão recebidas diretamente pelas zonas eleitorais.

§ 1º Nos municípios que contam com mais de uma zona eleitoral, serão responsáveis pelo recebimento das denúncias as zonas indicadas para o exercício do poder de polícia consoante a Resolução TRE-MS nº 823, de 9 de abril de 2024.

§ 2º Os chefes de cartório das zonas eleitorais com atribuições do poder de polícia serão cadastrados com perfil "Cartório" no módulo Pardal ADM.

§ 3º Para o cadastro dos demais servidores, autorizados pelo(a) juiz(a) eleitoral, deverá ser aberto chamado via Central de Serviços com as seguintes informações:

I - zona eleitoral;

II - nome do(a) servidor(a).

Art. 2º Serão direcionadas às zonas eleitorais as denúncias relacionadas às irregularidades dos atos de propaganda eleitoral.

Parágrafo único. Notícias relacionadas aos crimes eleitorais deverão ser encaminhadas pelo(a) próprio(a) usuário(a) para o Ministério Público Eleitoral, por meio de *link* de acesso disponível no Pardal Móvel.

Art. 3º As denúncias realizadas pelo aplicativo Pardal serão recepcionadas até a data de diplomação dos candidatos eleitos nas Eleições 2024.

Art. 4º As denúncias de irregularidade em propaganda eleitoral deverão conter, obrigatoriamente, a identificação do(a) noticiante, além da descrição do fato e elementos de prova ou indícios da materialidade do ato irregular, tais como vídeos, fotos e áudios.

§ 1º O aplicativo Pardal exigirá detalhamento da identificação da(o) noticiante a fim de evitar o uso de dados de terceiro para a efetivação das denúncias.

§ 2º Não será permitido o envio de notícia de irregularidade sem o preenchimento integral dos campos relativos ao tipo de denúncia e dados da(o) noticiante.

Art. 5º O juiz(a) eleitoral, após triagem, deverá converter a denúncia em processo de Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIP) no sistema PJe, exceto quando:

I - os fatos narrados pelo(a) noticiante não se enquadrarem em ato de propaganda eleitoral irregular;

II - forem recebidas notícias em duplicidade ou consideradas similares pelo Pardal;

III - após notificação automática do Pardal, a noticiada ou o noticiado comprovar a regularização do ato, no prazo legal.

Parágrafo único. O motivo do arquivamento deverá ser registrado no sistema Pardal, em campo próprio disponível na funcionalidade "Dar Baixa".

Art. 6º Poderá o(a) juiz(a) eleitoral determinar a constatação ou a imediata remoção, suspensão ou apreensão da propaganda irregular se existentes motivos de urgência.

Parágrafo único. Após a lavratura do termo de remoção/constatação deverá ser autuado procedimento na classe Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIP).

Art. 7º Autuado procedimento na classe Notícia de Irregularidade de Propaganda Eleitoral no PJe, o cartório eleitoral adotará as medidas contidas no fluxograma anexo ao presente provimento.

Art. 8º O Pardal poderá ser utilizado com vistas à notificação do(a) noticiante sobre os atos processuais realizados nos autos da Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral.

§ 1º Noticiado(a) candidato(a), partido político ou coligação, será notificado(a) pelo próprio Pardal ou por meio de mensagem instantânea, pelo número de telefone cadastrado no DRAP/RRC para tal finalidade.

§ 2º Caso o(a) noticiado(a) não seja uma das pessoas constantes no parágrafo anterior, nem emissoras de rádio, televisão e demais veículos de comunicação, deve o(a) noticiante indicar a forma de contato com o(a) responsável pela propaganda irregular.

Art. 9º O cartório eleitoral deverá informar ao(à) noticiante a autuação e tramitação da NIP por meio da funcionalidade "Adicionar Informação" no Pardal.

Art. 10. O(s)/A(s) noticiado(s)/a(s) indicados no § 1º do art. 8º poderão enviar resposta e comprovação de regularização do ato por meio de *link* inserido na notificação, realizada pelo sistema Pardal.

Parágrafo único. O cartório deverá juntar aos autos da NIP a resposta e a comprovação da regularização apresentadas pelo noticiado.

Art. 11. A Ouvidoria Eleitoral remeterá à Corregedoria Regional Eleitoral, semanalmente, relatórios de denúncias pendentes de tratamento pelas zonas eleitorais respectivas.

Art. 12. Os casos omissos serão submetidos à apreciação desta Corregedoria.

Art. 13. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, data da assinatura eletrônica.

Desembargador SIDENI SONCINI PIMENTEL

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]